


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000874-43.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Francisco Alqueja Filho**
 Requerido: **Universe Online Sa (uol) (pagseguro Internet Ltda)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que está impedido efetuar compras via internet através de intermediação do réu.

Alegou ainda que tentou resolver a questão administrativamente mas não teve sucesso.

Requer que o réu seja condenado na obrigação de fazer consistente em autorizar compras via sua intermediação, bem como ao recebimento de indenização por danos morais.

Já o réu em contestação reafirmou a legitimidade do bloqueio das transações, porquanto diziam respeito a prática da política de segurança

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

da empresa a fim de evitar o cometimento de fraudes.

Ressalvou que não obstante o bloqueio do sistema para uso do cartão de crédito o consumidor é orientado a utilizar-se de outro meio de pagamento.

Como se vê, a explicação do réu é pertinente porque o próprio autor deixou claro que já ocorrerá outrora compra fraudulenta através do seu cartão de crédito.

Cabe ao réu, entretanto, zelar pelas operações financeiras realizadas entre compradores e vendedores, dado que assume a responsabilidade por irregularidades passíveis de reparação, como fraudes e vendas irregulares.

Assim, suspeitando de alguma anormalidade na transação, tem o direito de proceder o bloqueio da operação.

Quanto a esta, restou patenteado que o réu não obrou de maneira irregular, o que leva à rejeição da pretensão deduzida, inclusive quanto ao pedido de danos morais que não estão aqui configurados ante ausência de ilicitude do réu.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 31 de março de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA